

CONTENCIOSO E JURISPRUDÊNCIA FISCAL EUROPEIA

Mestrado em Fiscalidade

Código: 9291128

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Rui Miguel Pereira Sampaio

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 30h Carga Trabalho: 110h

ECTS: 5,0

Objetivos

Dotar os estudantes de conhecimentos acerca dos principais princípios e conceitos de Direito Fiscal Internacional e da União Europeia e das principais tendências da jurisprudência em matéria fiscal através da análise crítica da jurisprudência, sobretudo, do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Resultados da Aprendizagem

Conhecer as competências do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de contencioso tributário e a sua articulação com os tribunais nacionais; compreender e interpretar o sentido e alcance decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia; conhecer as atuais tendências da jurisprudência europeia em matéria fiscal; compreender o papel da jurisprudência europeia na evolução do Direito Fiscal; identificar o relevo e os efeitos das decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em matéria fiscal.

Conteúdos Programáticos

I. Princípios fundamentais de Direito Fiscal Internacional

I.1. O Direito Fiscal Internacional e a dupla tributação internacional

I.2. O princípio da universalidade

I.3. O princípio da limitação territorial

I.4. O princípio da fonte

I.5. O princípio da residência

I.6. O princípio do estabelecimento estável

I.7. Proibição da não discriminação em razão da nacionalidade

I.8. Proibição de discriminação quanto aos estabelecimentos estáveis

II. As convenções para evitar a dupla tributação internacional

- II.1. A interpretação e qualificação
- II.2. O procedimento amigável
- III. Princípios fundamentais do Direito da União Europeia
 - III.1. O princípio do efeito direto
 - III.2. O princípio do primado do Direito da União Europeia
- IV. Tributação direta
 - IV.1. O princípio da livre circulação de trabalhadores
 - IV.2. O princípio da liberdade de estabelecimento
 - IV.3. O princípio da livre circulação de capitais
- V. Tributação indireta
 - V.1. O princípio da neutralidade fiscal
- VI. Contencioso Tributário
- VII. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Bibliografia Recomendada

Pereira, Paulo Rosado, Princípios do Direito Fiscal Internacional, Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu, Almedina, Coleção Teses, 2010.

Raad, Kees van, Materials on International EC Tax Law, IBFD, International Tax Center Leiden, 2009 / 2010, Volumes 1 e 2.

Xavier, Alberto, Direito Tributário Internacional, Almedina, 2014.

“Modelo de Convenção fiscal sobre o Rendimento e o Património”, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal n.º 210, julho 2010, Comité dos Assuntos Fiscais da OCDE.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos foram definidos tendo por base os objetivos que se pretendem alcançar no âmbito desta unidade curricular, bem como as competências a adquirir pelos estudantes.

Nos capítulos I e II, os conteúdos permitirão conhecer os principais princípios de Direito Fiscal Internacional e as principais regras sobre a competência para tributar, através da análise dos principais acórdãos de várias jurisdições internacionais.

Nos capítulos III a V, os conteúdos permitirão conhecer os principais princípios de Direito da União Europeia, relevantes em matéria fiscal, bem como os princípios fundamentais do Direito Fiscal da União Europeia, referentes à tributação direta e à tributação indireta, através da análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Os capítulos V e VI abordarão as garantias dos contribuintes, nomeadamente, na perspetiva do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Métodos de Avaliação

Trabalho escrito sobre o comentário a uma decisão de um Tribunal Judicial ou Arbitral estrangeiro que decida um litígio concreto referente a uma das matérias abordadas.